



## Recompensar a pesca responsável com acesso prioritário

O ambiente marinho é um bem comum e por isso é do interesse público que as actividades que tenham impacto no estado das populações de peixe e nos ecossistemas sejam controladas com rigor. Segundo a nova Política Comum das Pescas (PCP), quem pescar de forma mais sustentável deveria, por conseguinte, ter um acesso prioritário aos pesqueiros.

### Políticas pretendidas

OCEAN2012 propõe que o acesso aos recursos pesqueiros e que a determinação da capacidade adequada de pesca (em termos de quantidade e tipo) se baseiem num conjunto de critérios transparentes, que permitam alcançar práticas ambiental e socialmente sustentáveis, ao garantir acesso prioritário aos operadores do sector da pesca que, entre outros critérios:

- utilizem práticas, equipamentos e métodos de pesca mais selectivos, com capturas acessórias reduzidas e um baixo impacto no ambiente marinho;
- utilizem embarcações e métodos de pesca que consumam menos energia por tonelada de peixe capturado;
- garantam mais emprego e de maior qualidade, desde que associado a um baixo impacto ambiental e que as condições de trabalho estejam em conformidade com as normas internacionais relevantes, nomeadamente as estabelecidas na Convenção da OIT de 2007<sup>1</sup> sobre o trabalho na Pesca; e
- tenham um registo de conformidade com as regras da Política Comum das Pescas.

### Contexto

Um dos elementos principais da PCP é a regulação do acesso à pesca. Em 1983, com a adopção da primeira PCP, a Comunidade Europeia definiu o princípio de estabilidade relativa como o critério fixo de distribuição das oportunidades de pesca entre os Estados Membros, baseado em registos do histórico de capturas. A estabilidade relativa também restringe o acesso à zona de 12 milhas marítimas, cabendo a gestão da pesca dentro desta zona aos Estados Membros costeiros. Quando este princípio foi introduzido, o seu objectivo principal era o de evitar conflitos nas atribuições de quotas e fornecer ao sector da pesca perspectivas de acesso estáveis às populações de peixe.

Hoje é amplamente reconhecido que a estabilidade relativa representa um dos factores que conduziu à sobrepesca. Em vez de seguir as recomendações científicas e apoiar a recuperação dos mananciais esgotados, os Estados Membros



esforçam-se sobretudo para manter as quotas associadas ao histórico nacional de capturas, fazendo com que o sistema tenha ficado cada vez mais comprometido. A chamada cedência de quotas, através da qual as embarcações de pesca se registam num outro Estado Membro de modo a beneficiar das suas quotas, tornou-se numa forma comum de contornar a estabilidade relativa, verificando-se actualmente que diversas nações de pesca europeias procuram de facto que seja admitida uma maior flexibilidade nas trocas de quotas entre os Estados.

### Reforma da atribuição de quotas como factor de mudança das pescas

A OCEAN2012 apoia a visão da Comissão Europeia de que a estabilidade relativa foi um incentivo para os Estados Membros colocarem os interesses económicos de curto prazo à frente do bem comum.

A Comissão está a propor um abandono parcial da estabilidade relativa de modo a ser substituída por um mercado pan-europeu de direitos de pesca transferíveis. No entanto, a OCEAN2012 acredita que a eliminação progressiva do sistema actual de atribuição de quotas e a sua substituição por um sistema que garanta o acesso aos recursos com base num conjunto de critérios sociais e ambientais é a melhor forma para se obter pescas sustentáveis, uma distribuição mais justa do acesso aos recursos pesqueiros disponíveis e uma cultura de conformidade na UE. Em suma, o acesso à pesca deve ser garantido aos que mais contribuem para a realização dos objectivos gerais da PCP.

### Determinação dos critérios:

Os critérios de acesso, com alvos e prazos definidos para a sua implementação, devem ser acordados em conjunto pelo Conselho dos Ministros das Pescas e pelo Parlamento Europeu, uma vez que estes organismos tenham acordado objectivos de gestão a longo prazo, tais como o nível pretendido de abundância das populações de peixe, a velocidade de recuperação dos mananciais quando estão esgotados, e outros aspectos relevantes relativamente ao

<sup>1</sup> <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C188>

*No entanto, a OCEAN2012 acredita que a eliminação progressiva do sistema actual de atribuição de quotas e a sua substituição por um sistema que garanta o acesso aos recursos com base num conjunto de critérios sociais e ambientais é a melhor forma para se obter pescas sustentáveis*



ambiente marinho (consulte o Relatório 3 - Assegurar uma boa governança – para mais detalhes).

As decisões sobre a atribuição dos direitos de acesso seriam então tomadas numa base de pescador-a-pescador, a um nível descentralizado (regional, nacional ou local, dependendo dos pescadores), dentro dos limites definidos ao nível central. A aplicação gradual deste processo por parte das autoridades locais e regionais, num intervalo de tempo razoável, irá conceder a oportunidade aos operadores do sector da pesca para se adaptarem. No entanto, deverão igualmente ser criados incentivos de modo a apoiar esta transição, como por exemplo garantir o acesso preferencial às iniciativas que aumentem a sustentabilidade social e ambiental das actividades de pesca. Uma maior responsabilidade deve ser acompanhada por objectivos claros e metas mensuráveis, tal como por uma aplicação e um controlo rigorosos.

### Concessão de acesso prioritário às comunidades locais:

Os operadores das comunidades pesqueiras numa determinada área deveriam ter acesso prioritário aos recursos, desde que estejam em conformidade com os critérios estabelecidos. Os interesses piscatórios exteriores a essa área que se encontrem em conformidade com os critérios podem igualmente candidatar-se ao acesso aos recursos locais, na condição de demonstrarem que as suas actividades piscatórias irão beneficiar a área. Este processo de tomada de decisão descentralizada irá garantir a manutenção dos empregos, bem como fortalecer as comunidades pesqueiras locais, mas irá requerer igualmente uma boa governança, transparência e responsabilidade.

### Restrição do acesso à zona costeira:

A derrogação actual da zona costeira deverá ser fortalecida ao reservar-se e, quando apropriado, estender-se a zona das 12 milhas náuticas para as actividades piscatórias de pequena escala que sejam respeitadoras do ambiente,

socialmente equitativas e que proporcionem importantes mais-valias económicas e culturais às comunidades locais. As zonas costeiras são fundamentais para a conservação da biodiversidade marinha, mas englobam igualmente uma área marinha que é utilizada de modo mais intenso e está mais vulnerável à poluição. Desta forma, é fundamental garantir que todas as actividades na zona costeira estão sujeitas a critérios de conservação rigorosos.

### Tomar precauções relativamente às Quotas Individuais Transferíveis (QIT):

OCEAN2012 está preocupada com a possibilidade de algumas ferramentas de gestão com base nos direitos de pesca, em especial as QIT, poderem marginalizar o sector da pesca de pequena escala. A adopção de uma abordagem para a gestão das pescas baseada em direitos de pesca atribuídos de acordo com mecanismos de mercado, conforme proposto pela Comissão, tem implicações de grande repercussão para as pescas de pequena escala e poderá resultar numa concentração em termos de propriedade de direitos de acesso e em diversos efeitos sociais e económicos indesejados.

Mesmo num sistema em que as QIT se apliquem apenas às pescas industriais, existe um risco de marginalizar o sector de pequena escala quando ambos os grupos estão a aceder aos mesmos recursos – um direito de propriedade tal como uma QIT, que está associado a um valor monetário, poderá prevalecer face a outros direitos de acesso em alturas que sejam necessárias mais restrições em relação a este. Por outro lado, tratando-se de uma transferência de um recurso público para propriedade privada, é importante assegurar que este não é feito de forma permanente nem incondicional.

Contudo, caso seja introduzido um sistema de atribuição de direitos de pesca com base no mercado europeu, as quotas ou direitos transferíveis devem ser igualmente sujeitas a critérios ambientais e sociais, de forma a determinar quem ganha o direito de acesso e, com base em verificações de conformidade regulares, quem deixa de ter esse direito.

OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Política Europeia de Pescas de modo a eliminar a sobrepesca, acabar com as práticas piscatórias destrutivas e assegurar uma exploração justa e equitativa de populações saudáveis de peixes.

A OCEAN2012 foi iniciada, e é coordenada, pelo Pew Environment Group, o ramo conservacionista da The Pew Charitable Trusts, uma organização não-governamental cujo objectivo é eliminar a sobrepesca nos oceanos do planeta.

Os membros fundadores da OCEAN2012 são a Coalition for Fair Fisheries Arrangements (CFFA), o Fisheries Secretariat (FISH), nef (new economics foundation), o Pew Environment Group e o Seas At Risk (SAR).